

‘Sem dinheiro novo, País pode renegociar melhor’

RIO
AGÊNCIA ESTADO

“O Brasil poderá obter melhores condições na renegociação de sua dívida externa com os bancos credores se dispensar a captação de novos empréstimos para 1985”, afirmou ontem o banqueiro Nikolaus Senn, presidente da União de Bancos Suíços, o maior banco da Suíça, um dos cinco maiores da Europa, e credor de cerca de US\$ 700 milhões do Brasil.

“O Brasil não está canceroso, mas apenas padece de forte resfriado”, disse o presidente da União de Bancos Suíços, assim qualificando o atual grau de dificuldades econômicas enfrentadas pelo País. A seu ver, o Brasil aprendeu a conviver com altas taxas de inflação, e por isso ele nunca ficou intransquilo com as taxas anuais de 200% no País, contra os apenas 2% registrados na Suíça. Senn desenvolverá no eixo Rio—São Paulo—Brasília uma série de contatos com empresários do setor industrial e autoridades governamentais. Hoje terá encontro em Brasília com o candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, mas não se avistará com o deputado Paulo Maluf porque não foi possível encontrar brecha em sua agenda.

DÍVIDAS DIFERENTES

O presidente da União de Bancos Suíços manifestou-se contrário à negociação da dívida externa entre governos dos países credores e devedores, pois, em sua opinião, as dívidas de cada país têm características diferentes, e, por isso, exigem soluções individualizadas. As condições da negociação da dívida externa, segundo acentuou, não podem ser globais, “e ficará fora do jogo o país devedor que não usar de bom senso”.

Ele lembrou a situação do México, submetido a um bloqueio a partir da década de 30, porque deixou de cumprir seus compromissos com os países credores, não pagando sua dívida. Somente no começo da década de 1970 voltou a negociar com os credores, reingressando no mercado internacional. Para o presidente da União dos Bancos Suíços, o Brasil deverá conseguir spreads (taxas de risco) menores na nova rodada de negociações com os bancos credores, que se iniciará hoje em Nova York. As datas de vencimento da amortização do principal da dívida vencível entre 1985 e 1989 poderão ser adiadas de 10 a até 15 anos, e deve-se procurar chegar a “taxas mutuamente aceitáveis acima da libor” (taxa interbancária do mercado de eurodólar). Também deverá predominar a tendência de os bancos credores não serem compulsoriamente obrigados a entrar com dinheiro novo em 1985, caso o Brasil deles necessite, ficando a critério de cada banco participar ou não desse esquema.

A exemplo do que está sendo negociado entre o México e os bancos estrangeiros, também interessa aos bancos credores do Brasil a possibilidade de converterem em moeda nacional uma parte da dívida externa, que poderá ser reescalonada. Assim, aqueles bancos poderiam obter refinanciamento, nos bancos centrais de seus países, da parcela a ser reescalonada, com a vantagem de proporcionar uma redução da taxa de juros para o Brasil de 13,5 para 7,25 ao ano, disse o presidente da União dos Bancos Suíços. Nikolaus Senn assegurou, ainda, que os créditos da União de Bancos Suíços ao Brasil, no montante de US\$ 700 milhões, até agora são considerados plenamente recuperáveis. Por esse motivo, os dividendos aos acionistas do banco não foram diminuídos, e eles formaram grandes reservas.



Arquivo

Sucessão não influirá na renegociação, diz o empresário